



**PARTIDO SOCIALISTA EUROPEU
LISBOA, 7-8 DE DEZEMBRO DE 2018**

JUSTA

LIVRE

SUSTENTÁVEL

**A Europa progressista
que queremos**

RESOLUÇÃO



SOCIEDADES IGUALITÁRIAS:

Por políticas justas e progressivas de migração e asilo

A migração representa tanto uma oportunidade, como um desafio para a União Europeia, mas, a menos que estejamos verdadeiramente unidos na nossa abordagem, nem as oportunidades podem ser efetivamente aproveitadas, nem os desafios adequadamente enfrentados. A raiz dos problemas que forçam as pessoas a deixar os seus países deve ser enfrentada, precisamos de estabelecer vias legais eficazes e de responder ao fluxo de migração irregular. A luta contra o contrabando e o tráfico de seres humanos tem de ser reforçada e devemos intensificar os esforços e investimentos na integração dos refugiados e outros migrantes que têm o direito de permanecer no nosso território. A migração é uma questão global que requer uma abordagem multilateral e multinível. Precisamos de promover uma visão positiva sobre a migração e, por isso, **o Partido Socialista Europeu assume a responsabilidade de governar as migrações** e transformar os principais fluxos de migração em formas controladas.

Hoje, poucos tópicos são tão divisivos como a migração. Mas, quando a migração é bem gerida, podemos ter resultados que funcionam para todas as partes. Enquanto socialistas, promovemos políticas progressistas em matéria de asilo e migração, que protegem vidas humanas, direitos humanos e ajudam aqueles que fogem da violência e de condições de vida insuportáveis. Queremos resolver as causas que levam as pessoas a deixar os seus países de origem, como a violação dos direitos humanos, a desigualdade, a pobreza, a falta de perspetivas de futuro, os conflitos armados e as alterações climáticas. Apoiamos a migração legal e controlada, abordamos a migração irregular e promovemos, com firmeza, políticas de integração eficazes. O Partido Socialista Europeu representa uma resposta comum a um desafio e oportunidade partilhados. Para nós, unilateralismo e retórica hostil não são a resposta para gerir migrações. Portanto, ao gerir migrações, precisamos de manter os nossos valores principais. A forma como lidamos com isso afetará, por um

lado, o direito das pessoas de mudar de país e levar uma vida decente e, por outro lado, a estabilidade, segurança e coesão das comunidades anfitriãs. Assim sendo, é crucial que as políticas de migração e integração se baseiem, acima de tudo, na humanidade e na solidariedade com os refugiados, outros migrantes e comunidades anfitriãs.

A migração faz parte da história humana e pode ser um impulsionador importante da inovação, mas também é cada vez mais o resultado de **desigualdades políticas, económicas, sociais e de género ao nível global**. As alterações climáticas estão a aumentar a escala das desigualdades e as disparidades de desenvolvimento entre as regiões do mundo, a crescente distribuição desigual da riqueza, conflitos armados, perseguições, violações maciças dos direitos humanos, alterações climáticas, alterações demográficas e falta de perspetivas futuras são razões para as pessoas deixarem o seu lar e arriscarem começar uma vida noutra local. Na verdade, esta última razão também é um fator impulsionador para partidas importantes de trabalhadores qualificados e empregados do norte da África ou dos Balcãs Ocidentais.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, o número de requerentes de asilo, refugiados e pessoas deslocadas em todo o mundo ultrapassou os 65 milhões. A grande maioria das pessoas não migra para a União Europeia, na verdade, há mais pessoas a deslocarem-se para destinos no continente africano do que na Europa. Mais de 80% dos refugiados em todo o mundo estão perto de seus países de origem, em regiões de baixos rendimentos e baixo crescimento. Juntos, apoiamos esses países para garantir que os refugiados possam viver em condições seguras, humanas e decentes; As Migrações envolvem múltiplas dimensões - global, nacional e local - **Migrações e desenvolvimento devem ser abordados como variáveis interligadas e o a sua relação deve ser abordada**

segundo uma perspetiva multidimensional, que englobe aspetos económicos, políticos, sociais, ambientais, culturais, étnicos, de género, geográficos e fatores demográficos.

O número de requerentes de asilo, outros migrantes e migrantes irregulares que entraram na UE atingiu níveis elevados em 2015. Mais de um milhão de refugiados e outros migrantes entraram na UE em 2015 e o volume de travessias manteve-se elevado em 2016 e 2017. No entanto, apenas alguns países têm estado a lidar continuamente com o número de pessoas que chegam e se instalam. Estados-Membros da linha de frente, como a Itália, a Grécia e a Espanha, em conjunto com a Alemanha, a Áustria e a Suécia, assumiram a maior parte da responsabilidade, enquanto alguns dos outros países se recusaram a contribuir de forma satisfatória. Recentemente, a Espanha tornou-se o principal destino das rotas migratórias para a UE, uma situação que criou divisão na UE sobre a melhor forma de lidar com a deslocalização de recém-chegados. Isto não pode ser aceite numa Europa democrática e a família do PSE exige responsabilidades iguais no que respeita às políticas de acolhimento de refugiados em todos os países da UE e no respeito dos acordos e leis internacionais e europeias. Não aceitamos a criminalização da assistência humanitária aos migrantes e refugiados. Em 2018, o número de pessoas que tentaram entrar na União Europeia foi significativamente inferior ao de 2015. Ainda assim, temos de reconhecer que a migração está a aumentar a nível global e a União Europeia faz parte deste desenvolvimento.

As nossas políticas são guiadas por leis e padrões internacionais de direitos humanos e o PSE defende firmemente o direito de asilo. As pessoas carenciadas merecem o nosso apoio. No entanto, o sistema atual precisa claramente de ser melhorado: propomos ir mais longe do que o atual processo de reforma conduzido pela Comissão, de forma a criar uma agência independente de asilo comum que garanta o direito de asilo em toda a União Europeia.

Transformar a migração descontrolada em migração controlada

Atualmente, as possibilidades legais para que mi-

grantes, não considerados refugiados ou requerentes de asilo, se instalem na UE são muito escassas. Isto significa que muitos dos migrantes que chegam à UE solicitam asilo, considerando-o como a sua única alternativa. Isto inclui pessoas sem uma reivindicação real e suficientemente bem fundamentada para se qualificarem para os rígidos critérios do estatuto de refugiado ou de direito individual de asilo. Desta situação, resulta um sistema sobrecarregado com processos de asilo excessivamente longos. Além disso, devido à falta de vias legais de migração, as pessoas recorrem a contrabandistas e traficantes de seres humanos. Para chegar à UE, indivíduos desesperados pagam milhares de euros a pessoas que se aproveitam da miséria e tragédia humana. Esses traficantes enviam-nos através do Mediterrâneo em barcos sem condições de navegar e sem comida ou proteção, expondo-os a riscos e violência que colocam as suas vidas em risco. A migração irregular tem de ser evitada: muitas vezes é mortal para as pessoas envolvidas e também não é justo para as comunidades que as recebem. Portanto, o PSE está a tomar uma posição para **transformar a migração descontrolada em migração controlada**.

Criar vias jurídicas eficazes, combater o tráfico de seres humanos e a migração irregular

Temos de **criar caminhos mais eficazes para migração legal e controlada** que facilitem o acesso a proteções como: vistos humanitários, reinstalação, possibilidade de migração circular, vistos de estudante e vistos de emprego sazonal. Também precisamos de uma política de imigração que considere as realidades demográficas e globais do mercado de trabalho e os desafios e oportunidades de desenvolvimento, e que possa reunir famílias e parceiros. Isso vai encurtar os processos de asilo e **criar uma migração mais segura, controlada e regular nas nossas fronteiras e vai garantir segurança**. Essas vias legais vão reduzir a necessidade dos migrantes recorrerem a traficantes e contrabandistas de seres humanos implacáveis para chegarem às nossas costas. Nesse sentido, devemos intensificar esforços conjuntos para prevenir e combater o tráfico de migrantes e extinguir esse modelo de

negócios. No entanto, as pessoas que não têm direito à permanência na UE devem regressar ao seu país de origem para garantir o funcionamento e a legitimidade das políticas de asilo e migração da UE.

Acreditamos numa política de regresso humana e digna, que respeite o princípio da não-repulsão, em conformidade com os requisitos dos direitos fundamentais e com os nossos valores. Colocar estes migrantes e requerentes de asilo em detenção deve ser visto como o último recurso a ser usado, apenas em circunstâncias estritamente limitadas. A UE necessita de uma abordagem abrangente para reduzir os incentivos à migração irregular e para garantir o bom funcionamento do sistema de asilo e migração. Essa política deve ser concebida e implementada em cooperação com os países de origem. Portanto, a cooperação com os países de origem para o regresso de requerentes de asilo recusados só deve ocorrer com Estados que cumpram plenamente com os direitos humanos contemplados no direito internacional.

Reformar o sistema de Dublin - é preciso solidariedade

Os requerentes de asilo e outros migrantes que chegam à União Europeia enfrentam condições inaceitáveis nos centros de acolhimento nos Estados-Membros. As condições são ainda piores para mulheres, crianças, idosos e pessoas da comunidade LGBTQI+. O atual Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA) não funciona de forma eficaz. A **reforma do SECA** é um importante ponto de partida para uma política de asilo europeia eficaz, harmonizada, proporcional e progressista, assente na solidariedade, numa partilha justa de responsabilidades e no respeito pelos direitos humanos fundamentais. Por isso, apelamos a todos os Estados-Membros para que implementem, com urgência, as mudanças necessárias para alcançar os nossos objetivos comuns. De acordo com o sistema de Dublin, que determina qual o Estado-Membro da UE responsável pela análise de um pedido de asilo, o primeiro país no qual um migrante chega, é aquele que deve processar esse pedido. Isto leva a uma pressão inaceitável sobre os países nas fronteiras da UE. É necessária **uma revisão das regras fundamentais de Dublin, estabelecendo um sistema em que os pedidos de asilo tenham uma dimensão verdadeiramente europeia.**

Apelamos a todos os Estados-Membros e instituições da UE um compromisso firme pela reforma deste quadro jurídico, pela prestação de apoio aos Estados-Membros confrontados com o maior número de refugiados e outros migrantes e pelo aumento dos seus esforços na **implementação dos regimes de instalação e reinstalação.** Estes regimes refletem os valores europeus fundamentais de solidariedade e responsabilidade, pelo que cada Estado-Membro deve assumir a sua quota parte do desafio ou enfrentar sanções financeiras. Resgatar

seres humanos no mar não é apenas uma obrigação moral, mas também uma obrigação à luz do direito internacional segundo a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Pedimos ações partilhadas e complementares, incluindo a concessão de vistos humanitários, e um acordo legalmente vinculativo entre os Estados Membros para o desembarque daqueles que são salvos em operações de Busca e Salvamento. Quando um barco chega às margens de Tarifa, Lampedusa, Malta ou Lesbos, não é uma chegada a um país, mas uma chegada à União Europeia. O Partido Socialista Europeu defende uma **responsabilidade partilhada, proporcional e regional.** A UE deve dispor de um sistema de asilo sustentável baseado na responsabilidade proporcional pelo acolhimento de requerentes de asilo. Ser um membro da União Europeia é igual a ter direitos e obrigações, portanto, deve haver consequências económicas para aqueles países que não assumem a sua responsabilidade. Alcançar um sistema de migração sustentável, baseado numa responsabilidade partilhada, beneficiará toda a UE.

Gerir as nossas fronteiras externas - uma responsabilidade partilhada

Essa responsabilidade partilhada também é fundamental quando se trata da **gestão das nossas fronteiras externas.** Temos de gerir as nossas fronteiras externas comuns em conjunto, de acordo com o direito internacional e as normas comuns de direitos humanos, para conseguir garantir a liberdade de circulação dentro da UE, **garantir a segurança tanto aos nossos cidadãos como dos recém-chegados,** lutar contra as redes de tráfico de seres humanos e prevenir mortes. Assim sendo, o Partido Socialista Europeu apoia o reforço da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (FRONTEX). A gestão comum das fronteiras externas da União, por si só, não será suficiente nem sustentável sem uma política migratória e uma política externa europeia e abrangente, para conseguir resolver os problemas na origem dos movimentos migratórios.

Enfrentar as causas profundas da migração e investir em perspectivas futuras: parcerias para a paz, segurança, sustentabilidade, empregos e empoderamento das mulheres

Devemos fornecer soluções equitativas para enfrentar as crescentes desigualdades globais, preservar a paz e a segurança e promover o bem-estar social e económico, bem como a igualdade de género para todos. O Partido Socialista Europeu mantém-se firme na defesa da solidariedade tanto dentro da União Europeia como no palco global. Juntamente com a ONU, comprometemo-nos com países de todo o mundo e com todos os membros

da sociedade num acordo multilateral e abrangente sobre asilo e migração, para garantir um resultado que funcione para todos. Essas parcerias de migração só devem ser iniciadas com países que cumpram a Convenção das Nações Unidas sobre Refugiados. **É necessário resolver as causas profundas da migração** para a controlar e facilitar uma política de migração justa e regulamentada na UE. Enquanto socialistas, acreditamos que só podemos fazê-lo através de **parcerias justas, iguais e fortes** de desenvolvimento a nível global com países de origem e de trânsito. Juntos, podemos **lutar contra desafios comuns**, como insegurança, pobreza, desigualdade de género, corrupção e alterações climáticas, e **aproveitar as oportunidades comuns**. Devemos reforçar a relação entre a UE e África enquanto parceiros iguais, promovendo assim as oportunidades económicas, a segurança e a estabilidade em todo o continente. Para combater a desigualdade, as políticas de migração devem ser acompanhadas por políticas externas justas, bem como políticas de comércio justo e uma cobrança de impostos justa. O PSE também está concentrado no comércio, não apenas na ajuda; no investimento, não apenas na assistência; e no estabelecimento de políticas para “refugiados climáticos”, bem como no combate às alterações climáticas. Mais países e regiões do mundo têm de aderir aos valores democráticos, aos direitos humanos, aos direitos das mulheres e à estabilidade social e política. Só através da promoção de paz sustentável além das nossas fronteiras poderemos garantir nossa própria segurança.

Proteger os direitos das crianças, mulheres e pessoas da comunidade LGBTI

A cooperação e a responsabilidade partilhada entre todos os níveis de governação, desde o local ao regional, nacional, europeu e global, são vitais para garantir a segurança e a proteção dos requerentes de asilo e dos migrantes. Mais de 10 mil crianças migrantes e refugiadas desapareceram na Europa nos últimos dois anos. Mulheres e pessoas da comunidade LGBTIQ foram vítimas de violência e violações. Apelamos à UE que se concentre especialmente na necessidade de **melhorar a segurança**

e a proteção dos grupos mais vulneráveis entre os migrantes como crianças, mulheres e LGBTI, incluindo vítimas de tráfico humano para exploração sexual e de todas as formas de violência baseada em género, como mutilação genital feminina, casamentos precoces e forçados. Devemos fornecer uma proteção contínua, assistência médica, acesso à educação e apoio a todas as crianças. Isso inclui respeitar os seus direitos fundamentais, agir em prol dos interesses da criança e fortalecer os processos de reagrupamento familiar, realocação e realojamento. Deve haver particular atenção pelo bem-estar das crianças presas nos centros de acolhimento. As crianças nunca devem ser detidas ou separadas de suas famílias.

Todos os grupos vulneráveis de migrantes, como crianças, mulheres e LGBTI, devem ser protegidos de todo tipo de violência, especialmente assédio sexual e violação, nos centros de acolhimento e outros locais públicos. As vítimas de violência, trauma psicológico, agressão sexual e violação devem ter acesso aos sistemas de apoio estabelecidos nesse Estado-Membro. Além disso, defendemos que pessoal especializado no combate à violência e assistência às vítimas deve estar presente nestes centros de acolhimento. O estatuto de residência das mulheres deve ser independente do marido, pois isso permite que as mulheres tenham pleno acesso a todas as medidas de integração - se necessário com uma oferta de creche -, como cursos de línguas para garantir seu empoderamento e acesso ao mercado de trabalho.

Parar a *race to the bottom* - lutar pelos direitos de todos os trabalhadores, contra o emprego irregular, a exploração e o *dumping social*

Uma migração bem administrada, regular, controlada e justa tem potencial para fortalecer a economia, gerar novos empregos e ajudar a manter nosso sistema de bem-estar. No entanto, essa migração e integração também têm um custo. Primeiro, tem um custo nos países de origem que se veem privados de uma enorme quantidade de jovens e/ou de trabalhadores qualificados. Isso provoca insuficiências significativas nos serviços públicos básicos. Em

segundo lugar, na Europa, os custos da migração não estão distribuídos de forma justa. Muitas vezes concentram-se em certos segmentos do mercado de trabalho e bairros de baixos rendimentos. Os recém-chegados tendem a encontrar alojamento nesses bairros e têm empregos de baixos rendimentos. As mulheres muitas vezes acabam no fim da linha e na economia informal. Temos de garantir que os benefícios da migração regular são devolvidos às pessoas que suportam os seus custos iniciais. As tendências demográficas, a pressão crescente sobre os sistemas de saúde da UE e a escassez de competências laborais constituem um desafio para as nossas sociedades. A migração laboral bem gerida pode ajudar a manter o nosso sistema de segurança social europeu e a competitividade da UE.

Os migrantes irregulares são frequentemente expostos à exploração e ao emprego irregular. Empregadores implacáveis abusam da migração irregular para exercer pressão sobre os salários e condições de trabalho. **Os socialistas lutam pelos direitos de todos os trabalhadores, contra o emprego irregular, a exploração e o dumping social.** Os migrantes e os trabalhadores nativos não devem ser vistos como adversários, já que, de fato, eles estão do mesmo lado da batalha. Defendemos a inclusão e **uma co-ligação entre trabalhadores nativos e migrantes** para cooperar em prol de melhorar a economia, melhorar o estado social e garantir a não-discriminação através de medidas que garantam igualdade de remuneração e uma cobertura social igual para trabalho igual. A desigualdade é o problema fundamental. Os lucros que advêm do nosso desempenho económico devem ser distribuídos de forma mais igualitária entre muitos e não os poucos mais privilegiados. **O progresso deve beneficiar todos**, para que possamos desenvolver sociedades mais justas, com acesso a habitações decentes, apoio médico e educação para todos os cidadãos, sejam nativos ou recém-chegados.

Investir na integração, investir nas comunidades locais

Uma **integração bem-sucedida** pode tornar as nossas sociedades mais prósperas. Completar a educação e encontrar um emprego são os pré-requisitos para se tornar parte da sociedade. Nesse sentido, **apoiamos o envolvimento mútuo das comunidades hóspedes e dos migrantes em relação aos seus direitos e obrigações para com os outros.** Devemos evitar as sociedades “depósito” e promover comunidades proactivas nas quais as pessoas se encontram e interagem umas com as outras, vão à escola e trabalham juntas. **As autoridades locais e regionais, as organizações da sociedade civil e os sindicatos desempenham um papel fundamental numa integração bem-sucedida e, por conseguinte, precisam de ser reconhecidos e reforçados.** O acesso aos fundos da UE desempenha um papel

importante no apoio à integração das pessoas e no reforço da resiliência da comunidade de acolhimento. Propomos um fundo de integração europeu que as autoridades locais possam solicitar diretamente e que beneficie tanto as comunidades hóspedes como os refugiados. Insistimos que a UE disponibilize recursos adicionais e implemente políticas destinadas a capacitar os recém-chegados para que estes possam alcançar o seu potencial enquanto contribuindo iguais nas nossas comunidades e promover a resiliência das comunidades anfitriãs. Encorajamos as autoridades e comunidades locais a unir forças para uma cooperação progressiva em matéria de integração.

Ao gerir a migração, precisamos de preservar nossos valores. A Europa floresce quando agimos em conjunto, com base nos **princípios da solidariedade, respeito, responsabilidade mútua, igualdade de género e humanismo.**

Enquanto socialistas, estamos a lutar por sociedades igualitárias. Nesta resolução, concentramo-nos particularmente nas nossas prioridades para um asilo progressivo europeu e políticas de migração. Está intimamente relacionada com as outras resoluções e prioridades para este Congresso, que, em conjunto, reafirmam o nosso compromisso e plano para uma Europa social, uma economia progressista, um ambiente saudável e indústrias modernas, uma verdadeira igualdade de género, um mundo justo, para políticas progressistas de asilo e de migração. No fundo, para uma democracia mais forte na Europa.



Austria SPÖ



Belgium PS



Belgium SPA



Bulgaria BSP



Croatia SDP



Cyprus EDEK



Czech Republic
CSSD



Denmark SD



Estonia SDE



Finland SDP



France PS



Germany SPD



Greece PASOK



Hungary MSZP



Ireland Labour



Italy PD
Partito Democratico



Italy PSI
Partito Socialista



Latvia Saskaņa



Lithuania LSDP



Luxembourg
LSAP



Malta Labour



Netherlands
PvdA



N.Ireland SDLP



Norway LP



Poland UNIA
PRACY



Poland SLD



Portugal PS



Romania PSD



Slovakia SMER



Slovenia SD



Spain PSOE



Sweden SAP



UK Labour

If you have any questions or comments about our work on inequalities,
please contact PES.Women@pes.eu

Follow us on www.facebook.com/pes.pse
and www.twitter.com/pes_pse.

Party of European Socialists (PES)

**10 – 12 Rue Guimard
1040 Brussels
Belgium**

**T +32 2 548 90 80
info@pes.eu
AISBL-BBCE-N 0897.208-032**

This publication received financial support of the European Parliament. Sole liability rests with the author and the European Parliament is not responsible for any use that may be made of the information contained therein. This Brochure was printed on a recycled paper with environmental safe water based inks.

December 2018